

Banco Morgan Stanley S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas em 31 de dezembro
de 2017**

Conteúdo

Relatórios do auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas	3
Balancos patrimoniais consolidados	6
Demonstrações de resultados consolidadas	7
Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas	9
Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos

Administradores e aos Acionistas do

Banco Morgan Stanley S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Morgan Stanley S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Morgan Stanley S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Banco Morgan Stanley S.A.

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	12	4.406.279	2.255.560	Passivos financeiros mantidos para negociação	15	2.432.675	2.446.988
Ativos financeiros mantidos para negociação	13	4.083.528	2.239.962	Credores por empréstimos de ações		983.343	1.396.788
Instrumentos financeiros derivativos		1.732.566	1.573.204	Instrumentos financeiros derivativos		1.449.332	1.050.200
Outros ativos financeiros mantidos para negociação		2.350.962	666.758	Passivos financeiros ao custo amortizado	15	7.542.654	4.588.319
Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado	13	158.343	945.515	Operações compromissadas		2.908.618	1.103.982
Ativos financeiros disponíveis para venda	13	346.176	209.565	Depósitos de clientes		1.825.423	1.704.971
Ativos financeiros disponíveis para venda		346.176	209.565	Obrigações por empréstimos e repasses		2.123.910	771.580
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras	13	3.196.246	2.341.109	Outros Passivos financeiros		684.703	1.007.786
Operações compromissadas		3.196.246	2.341.109	Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	15	1.690.958	128.308
Empréstimos e recebíveis clientes	13	1.278.038	397.315	Certificado de Operações Estruturadas		1.690.958	128.308
Recebíveis de clientes		18.694	24.427	Passivos fiscais	17	30.914	43.557
Negociação e Intermediação de Valores		1.259.344	372.888	Passivos por impostos correntes		9.651	34.962
Ativo imobilizado	20	7.223	5.860	Passivos por impostos diferidos		21.263	8.595
Outros ativos	18	722.946	997.419	Outros passivos	19	547.947	450.053
				Patrimônio líquido			
				Capital	21	1.089.357	988.431
				Reserva de valor justo		73	42.316
				Outras reservas e resultados acumulados		864.202	704.335
				Total do patrimônio líquido		1.953.632	1.735.082
Total do ativo		<u>14.198.780</u>	<u>9.392.306</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>14.198.780</u>	<u>9.392.306</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações de resultados consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2017	2016
Receitas de juros	5	583.733	1.199.898
Despesas de juros	5	(471.533)	(595.458)
Resultado líquido de juros		112.200	604.440
Receitas de serviços e comissões	6	116.451	88.802
Despesas de serviços e comissões	6	(2.646)	(2.752)
Resultado líquido de serviços e comissões		113.805	86.050
Ganho líquido de ativos e passivos financeiros para negociação	7	(135.149)	(130.422)
Ganho líquido de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	7	724.483	173.353
Ganho líquido realizado de ativos financeiros disponíveis para venda	7	107.814	5.676
Resultado de variação cambial	8	(79.116)	(119.246)
Despesas administrativas	9	(403.731)	(290.506)
Depreciações e amortizações	20	(2.472)	(3.253)
Outras despesas operacionais	10	(41.794)	(39.280)
Outras receitas operacionais		9.555	1.952
Resultado antes dos impostos		405.595	288.764
Impostos correntes	11	(73.607)	(71.105)
Impostos diferidos	11	(47.230)	(18.660)
Resultado líquido do exercício		<u>284.758</u>	<u>198.999</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2017	2016
Resultado líquido do exercício		<u>284.758</u>	<u>198.999</u>
Outro resultado abrangente, líquido de impostos		55	15.402
<i>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</i>		55	15.402
Ganhos não realizados sobre ativos financeiros disponíveis para venda		101	27.951
Efeito tributário		(46)	(12.549)
Resultado abrangente total no exercício		<u>284.813</u>	<u>214.401</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	<u>Reserva de Lucros</u>					
	Capital realizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	772.084	74.472	699.600	26.916	-	1.573.072
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e extraordinária de 30/04/2016	216.347	-	(150.000)	-	-	66.347
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	15.400	-	15.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	198.999	198.999
Destinação dos lucros:						
Reserva legal	-	9.661	-	-	(9.661)	-
Reserva estatutária	-	-	70.602	-	(70.602)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(118.736)	(118.736)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>988.431</u>	<u>84.133</u>	<u>620.202</u>	<u>42.316</u>	<u>-</u>	<u>1.735.082</u>
Aumento de capital - Assembléia Geral Ordinária e extraordinária de 28/04/2017	100.926	-	-	-	-	100.926
Ajuste ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	-	-	(42.243)	-	(42.243)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	284.758	284.758
Destinação dos lucros:						
Reserva legal	-	10.480	-	-	(10.480)	-
Reserva estatutária	-	-	149.387	-	(149.387)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(124.891)	(124.891)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>1.089.357</u>	<u>94.613</u>	<u>769.589</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>1.953.632</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Morgan Stanley S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	2017	2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	284.758	198.999
Ajustes ao lucro líquido	110.726	12.741
Depreciação e amortização	2.472	3.253
Constituição de provisão	92.180	41.290
Juros diferidos	16.074	(31.802)
Diminuição/(aumento) de ativos operacionais	(2.651.513)	1.707.288
Ativos financeiros mantidos para negociação	(1.843.566)	2.547.096
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado	787.172	144.549
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras	(855.137)	(780.782)
Empréstimos e recebíveis clientes	(880.723)	(246.940)
Ativos financeiros disponível pra venda	(136.611)	905.905
Impostos a compensar	(411)	92
Outros ativos	277.763	(862.632)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais	1.455.279	(2.522.323)
Passivos financeiros para negociação	7.037	(2.695.870)
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	1.562.650	128.308
Passivos fiscais	715	21.107
Outros passivos	(15.636)	70.220
Impostos pagos	(99.486)	(46.088)
Fluxos de caixa utilizados em atividades operacionais	(1.196.234)	(815.035)
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(3.835)	(935)
Fluxos de caixa utilizados em atividades de investimento	(3.835)	(935)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Passivos financeiros ao custo amortizado	2.954.335	(2.642.929)
Fluxos de caixa gerados pelas atividades de financiamento	2.954.335	(2.642.929)
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.149.751	(3.247.159)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.255.560	5.502.750
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa	968	(31)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.406.279	2.255.560
Variação total em caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.149.751	(3.247.159)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Morgan Stanley S.A. (Banco) é um banco múltiplo nos termos da Assembléia Geral Extraordinária de 18 de janeiro de 2001 e tem como seu controlador direto a empresa Morgan Stanley Latin America Incorporated e como investidora a empresa MSL Incorporated. Iniciou suas atividades em outubro de 2001, sob a forma de sociedade por ações, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes aos bancos múltiplos com as carteiras comercial e de investimentos e autorização para operar em câmbio. Está localizado na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, na cidade de São Paulo, Brasil.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas em atendimento à Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme aprovado pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* e traduzidos para a língua portuguesa pelo IBRACON, entidade credenciada pelo *International Accounting Standards Committee Foundation (IASC)*.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas para divulgação pela administração em 28 de março de 2018.

b. Bases para avaliação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para certos instrumentos financeiros ao valor justo e mantidos para negociação.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco e das entidades consolidadas. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

d. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destes estimados.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela administração. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados, quando aplicável.

As principais estimativas e julgamentos se referem a:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros - nota 3k
- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos - nota 3r
- Pagamento baseado em ações - nota 3t
- Contingências - nota 3s

3 Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do Consolidado.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do Banco, de sua agência em Grand Cayman e de seus fundos exclusivos Caieiras Fundo de Investimento Multimercado “(Brasil)” e Morgan Stanley Derivatives Products Fund “(Cayman)” dos quais o Banco detém 100% de participação, e sobre os quais o Banco exerce controle, que é baseado na avaliação de um investidor possuir poder sobre a investida; exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e a capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e das empresas controladas pelo Banco.

Saldos e transações entre empresas do Consolidado, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as companhias, são eliminados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Políticas contábeis consistentes são aplicadas em todo o Consolidado para fins de consolidação.

b. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado. A moeda funcional para todas as entidades é o Real.

Os ativos e os passivos não monetários registrados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registrados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado.

c. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro e não sofre revisões posteriores. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, os custos da transação, os descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis a aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e as despesas de juros apresentadas nas demonstrações de resultados abrangentes incluem:

- Juros em títulos de investimento disponíveis para venda, com base nos juros efetivos;

Receitas e despesas de juros em todos os ativos e passivos de negociação são consideradas incidentes às operações de negociação e são apresentadas com todas as mudanças no valor justo de ativos e passivos de negociação em lucro líquido de negociação.

As alterações de valor justo em outros derivativos retidos para fins de gerenciamento de risco, e outros ativos e passivos financeiros contabilizados por seu valor justo no resultado, são apresentadas no lucro líquido, em outros ativos ou passivos contabilizados a valor justo na demonstração de resultados.

d. Serviços e comissões

As receitas e as despesas de serviços e comissões de um ativo ou um passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros.

As demais receitas de serviços e comissões, incluindo taxas de manutenção de contas, taxas de administração de fundos de investimentos e comissões de vendas, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

e. Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação

O resultado de ativos e passivos financeiros para negociação inclui os ganhos e as perdas relacionados com os ativos e os passivos financeiros mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas ou a realizar de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

f. Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

O resultado de ativos e passivos financeiros a valor justo pelo resultado refere-se a ativos e passivos designados ao valor justo no resultado, contabilizados por seus valores justos no resultado, e inclui todas as alterações do valor justo, juros, ganhos ou perdas realizados ou a realizar.

g. Resultado de ativos financeiros disponível para venda

O resultado de ativos financeiros disponíveis para venda inclui os ganhos e as perdas realizadas relacionados com os ativos financeiros disponíveis para venda, e inclui todas as alterações realizadas de valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais.

Os títulos disponíveis para venda são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, devidamente reduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicáveis.

h. Dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando é estabelecido o direito do recebimento. Normalmente esta é a data-limite para pagamento de dividendos para títulos de capital. Os dividendos são refletidos como um componente de resultado de ativos e passivos para negociação, resultado de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo, ou outras receitas operacionais com base na classificação do instrumento de capital.

i. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem impostos correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados, exceto se for referente a itens reconhecidos diretamente no outro resultado abrangente; nesse caso, é reconhecida no outro resultado abrangente.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação aos anos anteriores.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou da reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Despesas adicionais de imposto de renda, que provem da distribuição de dividendos, são reconhecidas no momento em que as despesas de dividendos a pagar são reconhecidas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionados com a mesma entidade legal e a mesma autoridade tributária.

j. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda e em operações compromissadas, saldos não vinculados mantidos com o Banco Central e ativos financeiros de alta liquidez com vencimentos originais que não chegam a três meses, sujeitos a risco insignificante de mudanças em seu valor justo, e utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As disponibilidades são contabilizadas no balanço pelo custo amortizado. (nota 12)

k. Ativos e passivos financeiros

Classificação

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado - designados a valor justo;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Reconhecimento

Inicialmente, o Consolidado reconhece empréstimos, adiantamentos, depósitos, títulos emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo ativos e passivos ao valor justo no resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Banco vem a ser parte, conforme as disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescidos, quando não classificados na categoria “a valor justo pelo resultado” e “mantidos para negociação”, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo, ou quando se transfere os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro em uma transação em que é transferida parte significativa dos riscos e dos benefícios da propriedade do ativo financeiro. Qualquer direito ou obrigação de ativos financeiros transferidos, que seja criado ou retido pelo Consolidado, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Consolidado efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são atendidas, canceladas ou expiram.

Transações de transferência de ativos reconhecidos no balanço, em que são retidos os riscos e as recompensas dos ativos transferidos, ou uma parcela destes, tais ativos não são baixados do balanço. As transferências de ativos com retenção de todos, ou substancialmente todos, os riscos e as recompensas, incluem, por exemplo, empréstimo de títulos e transações de recompra.

Em transações em que o Consolidado não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Consolidado deixa de exercer controle sobre este.

Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Consolidado continua a reconhecer esse ativo enquanto permanecer o seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser compensados e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, e somente quando, o Consolidado possui legalmente o direito de compensar os valores e liquidá-los em bases líquidas, ou de realizar os ativos e acertar os passivos simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando permitidas pelas normas contábeis ou oriundas de um grupo de transações similares, tais como as da atividade de negociação do Consolidado.

Avaliação pelo custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, com a adição ou dedução da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por perda por redução ao valor recuperável.

Avaliação do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A determinação dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Consolidado utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, levando em consideração dados observáveis no mercado.

Para instrumentos financeiros mais complexos, o Consolidado utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, normalmente um aumento, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se observáveis.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação não podem refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Identificação e avaliação de impairment

Em cada data de balanço, a Administração avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo no resultado apresentam *impairment*. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando evidências objetivas demonstram que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo e que a perda teve um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

As perdas por *impairment* de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas as taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão de perdas em empréstimos e adiantamentos. Os juros do ativo com *impairment* continuam sendo reconhecidos enquanto existir a perspectiva de recebimento.

Quando um evento subsequente causa uma redução no volume da perda por *impairment*, esta é revertida contra o resultado do período.

As perdas por *impairment* com títulos disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por *impairment* em títulos disponíveis para venda, a perda por *impairment* é revertida contra o resultado do período.

Quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um título disponível para venda com *impairment*, entretanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para *impairment* atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

l. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada para obter lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação no resultado do período. Os ativos e passivos mantidos para negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

m. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

O Consolidado mantém instrumentos financeiros derivativos para negociação e para proteger suas exposições aos riscos. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente se certos critérios são atingidos. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- (i) *Hedge de risco de mercado*** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. O Consolidado não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de risco de mercado.
- (ii) *Hedge de fluxo de caixa*** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos nos outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Quando o instrumento de *hedge* vence, ou é vendido, cancelado, exercido, ou quando não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no patrimônio líquido permanece ali até o momento em que a transação futura protegida é reconhecida na demonstração do resultado. O Consolidado não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendem à classificação de *hedge*, que são, contudo, utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco, são registrados contabilmente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração de resultados do Consolidado.

n. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo no resultado

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o IAS 39, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na demonstração consolidada do resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros - Ativos e passivos financeiros designados a valor justo através do resultado.

O Consolidado designou certos instrumentos financeiros a valor justo no resultado a fim de eliminar incompatibilidade de contabilidade que de outra forma ocorreria.

Ativos financeiros ao valor justo pelo resultado estão representados por títulos públicos adquiridos com a intenção de garantir operações de empréstimos de ações em bolsa. Este grupo de ativo faz parte da estratégia interna de gestão de investimentos mantidas pela administração e o seu desempenho está avaliado em base de valor justo pelo resultado.

Os ativos financeiros acima descritos estão contabilizados no fundo exclusivo Caieiras Fundo de Investimento Multimercado, no qual os ativos líquidos desta entidade são administrados com base no valor justo e o desempenho desses ativos são monitorados pela administração ativamente.

o. Ativos financeiros disponível para venda

De acordo com o IAS 39, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da Administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e que não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria ou não classificados em nenhuma das outras categorias de instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no outro resultado abrangente.

p. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como ao valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em despesas e receitas de juros.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Operações compromissadas;
- Depósitos;
- Obrigações por empréstimos e repasses; e
- Outros passivos financeiros.

q. Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e avaliação

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo menos a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos e perdas ao valor recuperável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Software adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um bem do imobilizado.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são reavaliados a cada data de balanço.

Móveis, instalações e equipamentos	7 - 10 anos
Sistemas de comunicação	5 - 9 anos
Processamento de dados	3 - 5 anos
Outras imobilizações	5 anos
Benfeitorias	10 anos

r. Ativos tributários diferidos

Ativos tributários diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias e também sobre diferenças temporárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

s. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Consolidado tem uma obrigação legal presente que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação. As provisões são determinadas descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa, antes dos impostos, que reflita a atual avaliação do mercado do valor do dinheiro no tempo, e, se apropriado, os riscos específicos do passivo.

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

t. Política de remuneração variável

Pagamentos baseado em ações

O Consolidado participa dos planos globais de ações do Morgan Stanley, os quais prevêm o pagamento pelo Banco ao Morgan Stanley (NY) em consideração a transferência das suas ações aos funcionários do Consolidado. O custo das ações é mensurado pelo valor justo na data da concessão (“*grant date*”), atualizado conforme valor de mercado das ações do Morgan Stanley (NY) e registrado como despesa de remuneração durante o período de aquisição (“*vesting period*”), ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

Outros planos de compensação diferida

O Consolidado concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêm o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. O valor justo da compensação diferida é reconhecido como despesa de remuneração, ajustado por condições de cancelamento dos planos, se existente.

u. Eventos subsequentes

Não houve nenhum evento subsequente que refletisse algum ajuste contábil.

v. Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotados

Os novos pronunciamentos, aditivos a pronunciamentos e interpretações abaixo ainda não são efetivos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas:

IFRS 9: Instrumentos financeiros (substituição da IAS 39)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Os principais aspectos do IFRS 9, o quais impactam o Consolidado são os seguintes requerimentos:

Classificação e mensuração dos ativos financeiros

A classificação e mensuração dos ativos financeiros é determinada com base de como esses ativos são gerenciados e da característica do fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros deverão ser mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das seguintes três categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado;
2. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; e
3. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Redução do valor recuperável - “Impairment” de ativos financeiros

Os requisitos de “impairment” baseiam-se em um modelo de perda esperada e aplicam-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos financeiros mensurados ao valor justo no patrimônio, concessão de créditos, compromissos de empréstimo e contratos de garantias financeiras não mensurados ao valor justo pelo resultado.

Os impactos das classificações entre categorias, assim como a redução do valor recuperável dos ativos classificados ao custo amortizados não são matérias para o consolidado.

- ***IFRS 15 Revenue from contracts with customers (receita de contratos com clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos.

Avaliamos internamente e o Consolidado e não identificamos impactos, até a data da publicação, com a adoção desta norma.

- ***IFRIC 23 ‘Uncertainty over Income Tax Treatments’ (incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda)***

O IFRIC 23 foi emitido pelo IASB em junho de 2017 para aplicação em períodos anuais, começando em ou após 1 de janeiro de 2019. O consolidado está avaliando o impacto da IFRIC 23 em suas demonstrações financeiras.

- ***IFRS 16 ‘Leases’ (Contratos de arrendamento)***

IFRS 16 foi emitido pelo IASB em janeiro de 2016, para aplicação retrospectiva em períodos anuais, começando em ou após 1 de janeiro de 2019. Aplicação antecipada é permitida. O Consolidado atualmente está avaliando o impacto do IFRS 16 em suas demonstrações financeiras.

4 Reconciliação das diferenças entre BRGAAP e IFRS

As políticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3 foram utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Apresentamos abaixo os efeitos entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) na posição financeira do Consolidado:

Conciliação do Patrimônio Líquido	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Patrimônio líquido BRGAAP	1.872.688	1.687.002
Ajuste a valor de mercado ações (a)	-	76.905
Ajuste passivos financeiros ao valor justo pelo resultado (b)	135.455	9.652
Efeito Fiscal (c)	(54.511)	(38.477)
Patrimônio líquido IFRS	1.953.632	1.735.082

O resultado do IFRS, em 31 de dezembro de 2017 foi impactado no montante de R\$ 75.162 (2016 - R\$ 5.782) líquido de impostos, referente ao ajuste a valor justo dos certificados de operações estruturadas, conforme conciliação do resultado abaixo:

Conciliação do Resultado	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado líquido do exercício - BRGAAP	209.596	193.217
Ajuste passivos financeiros ao valor justo pelo resultado (b)	125.798	9.652
Efeito Fiscal (c)	(50.636)	(3.870)
Resultado líquido do exercício - IFRS	284.758	198.999

a. Reconhecimento e mensuração de investimentos

Dentro do escopo do IAS 39 certos investimentos são caracterizados como instrumentos financeiros. Dessa forma devem ser avaliados e reconhecidos pelo valor justo.

Assim para o IFRS o Banco reclassificou seus investimentos, no “BRGAAP” avaliados ao custo, para disponível para venda, onde foi efetuado cálculo do valor justo. A diferença entre o BR GAAP e o IFRS impactou no aumento do ativo e conseqüentemente do patrimônio do Consolidado.

Em 2016, o Banco possuía ações da empresa BM&F-Bovespa S.A., oriundas da incorporação das atividades da Bovespa Holding quando de sua fusão com a Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F, as quais encontravam-se registradas como ativos financeiros disponíveis para venda, atualizado pelo valor de mercado.

b. Ajuste passivos financeiros ao valor justo pelo resultado

Dentro do escopo do IAS 39 certos investimentos são caracterizados como instrumentos financeiros. Dessa forma devem ser avaliados e reconhecidos pelo valor justo.

Assim, para atendimento ao IFRS, o Consolidado ajustou os certificados de operações estruturadas - COE ao valor justo.

c. Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos com base nas alíquotas vigentes de 25% para Imposto de Renda, 20% para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que irão se realizar até 31 de dezembro de 2018 e 15% para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido que irão se realizar a partir de 01 de janeiro de 2019, para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de um passivo ou ativo em uma transação que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação, não afeta o lucro contábil e nem o lucro (ou perda) fiscal para fins fiscais.

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS.

5 Resultado líquido de juros

	2017	2016
Receitas de juros		
Caixa e equivalentes de caixa	151.988	758.578
Operações compromissadas	318.771	393.339
Ativos financeiros disponíveis para venda	98.248	41.757
Dividendos	17	2.484
Rendas de operações de câmbio financeiro	8.018	1.150
Rendas de empréstimos de títulos e valores mobiliários	6.691	2.590
Total	<u>583.733</u>	<u>1.199.898</u>
Despesas de juros		
Depósitos de instituições financeiras	(289)	-
Depósitos de clientes	(151.420)	(240.955)
Operações compromissadas	(253.571)	(267.824)
Despesas de Operações de Câmbio	(10.010)	(15.831)
Despesas de empréstimos de títulos e valores mobiliários	(55.382)	(70.263)
Outros	(861)	(585)
Total	<u>(471.533)</u>	<u>(595.458)</u>
Resultado líquido de juros	<u>112.200</u>	<u>604.440</u>

6 Resultado líquido de serviços e comissões

	2017	2016
Receitas de serviços e comissões		
Assessoria e comissão de colocação de Títulos em Oferta Pública	116.451	88.802
Total	<u>116.451</u>	<u>88.802</u>
Despesas de serviços e comissões		
Serviços do sistema financeiro	(2.646)	(2.752)
Total	<u>(2.646)</u>	<u>(2.752)</u>
Resultado líquido de serviços e comissões	<u>113.805</u>	<u>86.050</u>

7 Resultado de ativos e passivos financeiros

	2017	2016
Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação		
(Perdas)/Ganhos - Swap	(28.590)	37.503
Perdas - Futuros	(88.976)	(24.419)
Ganhos/(Perdas) - Termo	122.970	(401.827)
(Perdas)/Ganhos - Opções	(506.029)	433.097
Ganhos/(Perdas) - Ações	365.477	(174.424)
Perdas - Outros	(1)	(352)
Total	<u>(135.149)</u>	<u>(130.422)</u>
Resultado de outros ativos e passivos financeiros ao valor justo pelo resultado		
Ganhos - Títulos Públicos	682.212	171.507
Ganhos - Certificado de Operações estruturadas	42.271	1.846
Total	<u>724.483</u>	<u>173.353</u>
Resultado de ativos financeiros disponível para venda		
Ganho	109.382	12.269
Perdas	(1.568)	(6.593)
Total	<u>107.814</u>	<u>5.676</u>

8 Resultado de variação cambial

O resultado de variação cambial é composto, basicamente, por operações em moeda estrangeira, no valor negativo de R\$ 79.116 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (valor negativo de R\$ 119.246 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016)

9 Despesas Administrativas

	2017	2016
Despesa de Pessoal	(176.847)	(172.846)
Plano de incentivos em Ações	(36.223)	(33.772)
Despesas de prestação de serviços de terceiros	(4.360)	(4.494)
Despesas de prestação de serviços técnicos especializados	(4.029)	(4.230)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(6.378)	(4.398)
Despesas de alugueis	(2.411)	(3.592)
Despesas de viagens	(4.189)	(4.606)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.666)	(1.332)
Despesa de corretagem	(157.734)	(49.942)
Despesa de taxa de administração de fundo	(1.507)	(1.213)
Outras	(8.387)	(10.081)
Total	<u>(403.731)</u>	<u>(290.506)</u>

10 Outras despesas operacionais

	2017	2016
Despesa de ISS	(5.826)	(4.449)
Contribuição ao COFINS	(24.587)	(24.497)
Contribuição ao PIS	(3.995)	(3.981)
Outras despesas operacionais	(7.386)	(6.352)
Total	<u>(41.794)</u>	<u>(39.280)</u>

11 Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	IR	CS	IR	IR
Resultado antes dos impostos	405.595	405.595	288.764	288.764
Juros sobre o capital próprio	(124.891)	(124.891)	(118.736)	(118.736)
Resultado antes do Imposto e após juros sobre capital	280.704	280.704	170.027	170.027
Adições (exclusões) permanentes				
Despesas indedutíveis	56	56	98	98
Incentivos	10	10	-	-
Resultados com Investimentos no exterior	1.812	1.812	15.297	15.297
Lucro de subsidiárias no exterior	(1.812)	(1.812)	20.734	20.734
Adições (exclusões) temporárias				
Valorização (desvalorização) a preço de mercado	8.102	8.102	(11.463)	(11.463)
Remuneração variável	1.354	1.354	5.903	5.903
Amortização de despesas	-	-	(488)	(488)
Ajuste a mercado operações estruturadas	(125.804)	(125.804)	(9.651)	(9.651)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores	-	-	(31.077)	(31.077)
Base de cálculo	164.424	164.424	159.382	159.382
IR/CS apurado	41.082	32.885	39.229	31.876
Incentivos fiscais de dedução	(360)	-	-	-
Passivo Fiscal diferido (1)	29.109	18.121	11.422	7.238
Total Líquido de IR/CS	<u>69.831</u>	<u>51.006</u>	<u>50.651</u>	<u>39.114</u>

(1) O passivo fiscal diferido refere-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social sobre marcação a mercado de instrumentos financeiros.

Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

	2017	2016
Lucro antes da tributação e após juros sobre capital próprio	280.703	170.028
Imposto de renda e contribuição social	120.837	89.765
Alíquota efetiva do imposto de renda	43,05%	52,79%

12 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
	Valor contábil	Valor contábil
Disponibilidade	109.142	139.950
Aplicação em operações compromissadas	4.297.137	2.115.610
Total	4.406.279	2.255.560

13 Ativos financeiros

Os Ativos Financeiros contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros mantidos para negociação				
Instrumentos financeiros derivativos				
<i>Swap</i>	461.025	461.025	569.781	569.781
NDF	161.755	161.755	40.877	40.877
Futuros	3.260	3.260	1.496	1.496
Opções	864.814	864.814	931.195	931.195
Termo	241.712	241.712	29.855	29.855
Total	1.732.566	1.732.566	1.573.204	1.573.204
Outros ativos financeiros mantidos para negociação				
Ações de Companhias Abertas	2.350.957	2.350.957	656.820	656.820
Cotas de Fundo de Investimento	5	5	9.938	9.938
Total	4.083.528	4.083.528	2.239.962	2.239.962
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	158.343	158.343	945.515	945.515
Total	158.343	158.343	945.515	945.515
Ativos financeiros disponível para venda				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	346.176	346.176	125.828	125.828
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	1.871	1.871
Renda Variável				
Ações de Companhias Abertas	-	-	81.866	81.866
Total	346.176	346.176	209.565	209.565
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras				
Operações compromissadas	3.196.246	3.196.246	2.341.109	2.341.109
Total	3.196.246	3.196.246	2.341.109	2.341.109
Empréstimos e recebíveis clientes				
Recebíveis				
Clientes	18.694	16.076	24.427	18.750
Negociação e Intermediação de Valores	1.259.344	1.259.344	372.888	372.888
Total	1.278.038	1.275.420	397.315	391.638

14 Transferência de ativos financeiros

No ano de 2017 em seu curso dos negócios, o Consolidado efetuou transações que resultaram na transferência de ativos financeiros representados por títulos e valores mobiliários de emissão pública.

Venda com compromisso de recompra

Venda com compromisso de recompra são transações nas quais o Consolidado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Consolidado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de seu valor e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Consolidado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2017 não havia saldo de títulos vinculados a operações compromissadas.

Ações dadas como empréstimo

O aluguel de ações é uma operação em que o doador (dono das ações a serem alugadas) empresta suas ações a outro investidor (tomador), cobrando uma taxa por isso, por prazos variados. O tomador passa, assim, a poder negociar as ações. Até o fim do período de aluguel, o tomador deve devolvê-las ao doador.

O risco da operação reside na ponta tomadora, por uma eventual inadimplência financeira (remuneração ao doador dos ativos e taxa de liquidação) ou pela não devolução dos ativos.

Contudo, existem normas e controles que permitem uma administração segura do negócio, a começar pelas garantias que são exigidas pela B3 S.A.. A partir da liquidação do empréstimo, as garantias depositadas são liberadas e ficam novamente à disposição do tomador.

Da mesma forma, a liquidação das operações de empréstimo representa a devolução, ao doador, dos ativos de mesmo tipo, classe e espécie que foram emprestados.

Da mesma forma, a liquidação das operações de empréstimo representa a devolução, ao doador, dos ativos de mesmo tipo, classe e espécie que foram emprestados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Consolidado possuía direitos por empréstimos de ações, registrada na rubrica de “negociação e intermediação de valores”, conforme abaixo:

	2017	2016
Empréstimo e recebíveis clientes		
Ações dadas por empréstimo	1.001.552	218.270

15 Passivos financeiros

Os passivos financeiros contabilizados pelo seu valor justo são apresentados na tabela a seguir:

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Passivos financeiros mantidos para negociação				
Instrumentos financeiros derivativos				
<i>Swap</i>	824.685	824.685	641.294	641.294
NDF	181.246	181.246	85.962	85.962
Opções	198.738	198.738	289.497	289.497
Futuros	3.005	3.005	3.862	3.862
Termo	241.658	241.658	29.584	29.584
Total	<u>1.449.332</u>	<u>1.449.332</u>	<u>1.050.199</u>	<u>1.050.199</u>
Negociação e Intermediação de Valores				
Credores por empréstimos de ações	983.343	983.343	1.396.788	1.396.788
Total	<u>2.432.675</u>	<u>2.432.675</u>	<u>2.446.988</u>	<u>2.446.988</u>
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Operações Compromissadas	2.908.618	2.908.618	1.103.981	1.103.982
Total	<u>2.908.618</u>	<u>2.908.618</u>	<u>1.103.981</u>	<u>1.103.982</u>
Títulos Emitidos				
Depósitos de Clientes	1.825.423	1.825.423	1.704.971	1.704.971
Total	<u>1.825.423</u>	<u>1.825.423</u>	<u>1.704.971</u>	<u>1.704.971</u>
Obrigações Por Empréstimo e Repasse				
Empréstimo em moeda estrangeira	2.123.910	2.123.910	771.580	771.580
Outros passivos				
Operações de câmbio				
	684.703	684.703	1.007.786	1.007.786
Total	<u>7.542.654</u>	<u>7.542.654</u>	<u>4.588.319</u>	<u>4.588.319</u>
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado				
	-	-	-	-
Certificado de Operações Estruturadas	1.690.958	1.690.958	128.308	128.308
Total	<u>1.690.958</u>	<u>1.690.958</u>	<u>128.308</u>	<u>128.308</u>

Os passivos financeiros ao custo amortizado referem-se a operações de curto prazo e operações de longo prazo com cláusula de resgate antecipado cujo valor contábil representa substancialmente o valor justo.

16 Valor justo dos instrumentos financeiros

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender suas necessidades e de seus clientes, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda, de taxas de juros e de ações. Estes riscos são administrados por meio da definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limites das posições.

A área de Gerenciamento de Risco é independente e utiliza técnicas globais para mensuração dos potenciais riscos inerentes ao carregamento de suas posições.

A gestão de riscos e os controles internos existentes permitem que o Banco não se exponha excessivamente à movimentação das taxas de juros e de câmbio.

Os controles mantidos são aprovados internamente, adotando-se parâmetros internacionais utilizados pela organização em nível mundial. Tais controles baseiam-se em parâmetros estatísticos tais como “VaR” e simulações de cenários de *stress*.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Para os Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado, representados substancialmente por operações compromissadas (de um dia de liquidação), depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo atrelados a taxa de mercado pós-fixada “CDI”, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros.

Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANBIMA.

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

A precificação de operações envolvendo ações e contratos futuros detidos pelo Consolidado é apurada com base em preços divulgados pela B3 S.A..

O Consolidado tem como prática a verificação e acompanhamento desses preços de mercado, diariamente, a fim de assegurar a consistência e acuracidade da precificação de suas operações.

A precificação das operações de swap, termos de moeda e opções é obtida por meio da geração das curvas de juros e das taxas de conversão fundamentadas na combinação de preços (cotações) dos produtos disponíveis dos principais fornecedores do mercado, como BM&FBovespa, Reuters e Bloomberg.

Por meio de modelos matemáticos internos de interpolação, são calculadas as diversas curvas nas datas necessárias para a apuração dos fatores de desconto dos fluxos de caixa.

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro e os resultados dos contratos de swap, termo de moeda e opções são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidos e representam seu valor levando em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e de venda, os riscos de liquidez e crédito, bem como outros fatores que afetam seu valor justo.

O valor justo dos certificados de operações estruturadas foram apurados da seguinte forma:

O valor justo dos certificados de operações estruturadas é obtido com base nas curvas de juros e preços listados dos ativos objetos. Estes valores são públicos e observáveis no mercado, através da B3 S.A., Reuters e Bloomberg.

Cada certificado de operações estruturadas, utilizando-se desses preços, é trazido a valor presente diariamente até o seu vencimento.

Em alguns casos, dado prazos mais longos, os ativos objetos possuem liquidez reduzida e muitas vezes não observáveis, nesses casos é utilizado o método de extrapolação a partir de dados observáveis e, por conservadorismo, são classificados como nível 3.

A tabela abaixo representa o tipo de ativo objeto e o prazo o qual o método de extrapolação é utilizado:

Ativo objeto	Opção de Ação	Índice	Fundos	ETF	ADR
vencimento	Acima de 3 anos	Acima de 5 anos	acima de 2 anos	acima de 3 anos	acima de 3 anos

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficiente para fornecer informações de precificação continuamente.
- **Nível 2** - são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (market makers), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.
- **Nível 3** - são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre Níveis 1 e 2 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

As tabelas a seguir mostram um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo agregados entre os níveis 1, 2 e 3 nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Consolidado para apurar seu valor justo:

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2017

	2017				2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação								
Instrumentos financeiros derivativos								
Swap	-	461.025	-	461.025	-	569.781	-	569.781
NDF	-	161.756	-	161.756	-	40.877	-	40.877
Futuros	3.260	-	-	3.260	1.496	-	-	1.496
Opções	450.679	399.754	14.380	864.813	913.112	18.083	-	931.195
Termo	241.712	-	-	241.712	29.855	-	-	29.855
Outros ativos financeiros mantidos para negociação								
Ações de Companhias Abertas	2.350.957	-	-	2.350.957	656.820	-	-	656.820
Cotas de Fundo Imobiliário	5	-	-	5	9.938	-	-	9.938
Total	3.046.613	1.022.535	14.380	4.083.528	1.611.221	628.741	-	2.239.962
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado								
Títulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	158.343	-	-	158.343	945.515	-	-	945.515
Total	158.343	-	-	158.343	945.515	-	-	945.515
Ativos financeiros disponível para venda								
Títulos Públicos								
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	346.176	-	-	346.176	125.828	-	-	125.828
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	-	-	1.871	-	-	1.871
Renda Variável	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações de Companhias Abertas	-	-	-	-	81.866	-	-	81.866
Total	346.176	-	-	346.176	209.565	-	-	209.565
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras								
Recebíveis								
Operações compromissadas	-	3.196.246	-	3.196.246	-	2.341.109	-	2.341.109
Total	-	3.196.246	-	3.196.246	-	2.341.109	-	2.341.109
Empréstimos e recebíveis clientes								
Recebíveis								
Clientes	-	18.694	-	18.694	-	24.427	-	24.427
Negociação e Intermediação de Valores	1.259.344	-	-	1.259.344	372.888	-	-	372.888
Total	1.259.344	18.694	-	1.278.038	372.888	24.427	-	397.315
	Nível 1	Nível2	Nível 3	2017	Nível 1	Nível2	Nível 3	2016
				Total				Total
Passivos financeiros mantidos para negociação								
Instrumentos financeiros derivativos								
Swap	-	824.685	-	824.685	-	641.294	-	641.294
NDF	-	181.246	-	181.246	-	85.962	-	85.962
Opções	198.738	-	-	198.738	289.497	-	-	289.497
Futuros	3.005	-	-	3.005	3.862	-	-	3.862
Termo	241.658	-	-	241.658	29.584	-	-	29.584
Negociação e Intermediação de Valores								
Credores por empréstimos de ações	983.343	-	-	983.343	1.396.788	-	-	1.396.788
Total	1.426.744	1.005.931	-	2.432.675	1.719.732	727.256	-	2.446.988
Passivos financeiros ao custo amortizado								
Operações Compromissadas								
Total	2.908.618	-	-	2.908.618	1.103.981	-	-	1.103.981
Títulos Emitidos								
Depósitos de Clientes	-	1.825.423	-	1.825.423	-	1.704.971	-	1.704.971
Total	-	1.825.423	-	1.825.423	-	1.704.971	-	1.704.971
Obrigações Por Empréstimo e Repasse								
Empréstimo em Moeda Estrangeira								
-	-	2.123.910	-	2.123.910	-	771.580	-	771.580
Outros passivos								
Operações de câmbio								
-	-	684.703	-	684.703	-	1.007.787	-	1.007.787
Total	2.908.618	4.634.036	-	7.542.654	1.103.981	3.484.338	-	4.588.319
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado								
Certificado de Operações Estruturadas								
-	-	1.054.969	635.989	1.690.958	-	128.808	-	128.308
Total	-	1.054.969	635.989	1.690.958	-	128.808	-	128.308

Movimentações de valor justo recorrentes de Nível 3

A tabela a seguir inclui a movimentação dos valores dos ativos financeiros classificados como Nível 3 da hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2017, em 31 de dezembro de 2016 não havia ativos financeiros classificados nessa categoria.

	Valor Justo em 01/01/2017	Compras	Total de Ganhos ou Perdas (Realizado/não realizado)	Liquidações	Valor Justo em 31/12/2017
Ativos financeiros mantidos para negociação	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Opções	-	8.585	5.796	-	14.380
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado	-	-	-	-	-
Certificado de Operações Estruturadas	-	582,512	53,476	-	635,989

Análise de sensibilidade de operações nível 3

A tabela a seguir, fornece a análise de sensibilidade desses valores justos e a metodologia aplicada na apuração do valor justo do instrumento financeiro classificado como nível 3:

Em milhares de reais

	Valor Justo	Técnica de Valorização	Dados não observáveis / Sensibilidade da mudança do valor justo utilizando dados não observáveis significativos (Nível 3)	Faixa	Média
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Instrumentos financeiros derivativos					
Opções	14.380	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	6% - 38%	7%
			Volatilidade da curva	-1% a 0%	0%
			Correlação entre ativos	43% a 56%	47%
			Correlação entre ativo e moeda estrangeiro	-95% a -40%	-63%
Outros passivos financeiros ao valor justo pelo resultado					
Certificado de Operações Estruturadas	635.989	Modelo de opção	Volatilidade da moeda	6% - 38%	10%
			Volatilidade da curva	-1% - 0%	0%
			Correlação entre ativos	41% - 61%	48%
			Correlação entre ativo e moeda estrangeiro	-95% -36%	-90%

17 Imposto diferido

a. Créditos tributários

Natureza e origem

	2017	2016
Diferenças temporárias	52.634	44.311
Ajuste ao valor de mercado	14.188	5.499
Provisão para bônus e gratificação periódica	36.139	36.505
Provisão para devedores duvidosos	2.307	2.307
Total de créditos tributários - ativo	52.634	44.311

Os créditos tributários do Imposto de Renda e da Contribuição Social foram constituídos sobre as diferenças temporárias originados pelo ajuste do valor de mercado, provisão para bônus e provisão para devedores duvidosos.

- **Critérios de constituição** Os créditos tributários foram registrados contabilmente de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, constituídos à alíquota de 25% para Imposto de Renda, no montante de R\$ 30.738 (2016 - R\$ 25.304), e 20% para os créditos tributários que irão se realizar até 31 de dezembro de 2018 e 15% para os créditos tributários que irão se realizar a partir de 01 de janeiro de 2019 para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no montante de R\$ 21.896 (2016 - R\$ 19.007).
- **Valores constituídos e baixados no período** - A movimentação dos créditos tributários ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 pode ser demonstrada como segue:

	2017	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2016	44.311	44.311
Constituição no exercício	21.849	21.849
(Realização/reversão)	(13.526)	(13.526)
Saldo Final em 31/12/2017	52.634	52.634
	2016	
	Adições temporárias	Total
Saldo Inicial em 31/12/2015	57.065	57.065
Constituição no exercício	3.306	3.306
(Reversão/realização)	(16.060)	(16.060)
Saldo Final em 31/12/2016	44.311	44.311

b. Passivos por impostos correntes e diferidos

	2017	2016
Passivos por impostos correntes:		
Imposto de renda a pagar	-	12.237
Contribuição social a pagar	1.291	14.437
Outros impostos e contribuições a recolher	8.360	8.288
	9.651	34.962
Passivos por impostos diferidos:		
Imposto de renda diferido	15.259	22.250
Contribuição social diferida	6.004	30.655
	21.263	52.905
Total	30.914	87.867

c. Expectativa de realização dos impostos diferidos:

Exercício	Crédito tributário	Passivo diferido	Imposto diferido líquido
2018	31.082	(2.622)	28.420
2019	12.554	(2.895)	9.659
2020	2.998	(14.225)	(11.227)
2021	1.373	(1.865)	(492)
2022	4.627	(32.478)	(27.851)
Acima 2022	-	(19.772)	(19.772)
Total	52.634	(73.897)	(21.263)
Valor presente (*)	47.590	(64.145)	(16.555)

(*) O valor presente foi calculado com base nas curvas de juros pré-fixados em reais, considerando as realizações no decorrer de cada exercício.

O Consolidado não possui créditos tributários não ativados de qualquer natureza.

18 Outros ativos

	2017	2016
Valores a receber de ligadas	10.212	9.739
Cambio comprado a liquidar	645.098	977.375
Adiantamentos e antecipações salariais	1.712	128
Adiantamentos a fornecedores	227	221
Valores a receber de clientes	5.906	4.730
Devedores diversos no país	27.984	-
Imposto a compensar	3.290	-
Dividendos a receber	28.381	4.262
Outros	136	964
Total	722.946	997.419

19 Outros passivos

	2017	2016
Pessoal	108.472	100.957
Plano de incentivos em Ações (1)	56.474	52.458
Juros sobre capital próprio a pagar	124.891	118.736
Valores a pagar a sociedades ligadas	590	2.502
Credores por liquidação pendente	193.366	172.016
Comissões a pagar sobre operações estruturadas	27.645	-
Outros	36.509	3.383
Total	<u>547.947</u>	<u>450.053</u>

(1) Não existem valores disponíveis (“vested”) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

20 Ativo imobilizado

Custo de aquisição	Benfeitorias	Móveis, instalações e equipamentos	Sistemas de comunicação	Processamento de dados	Outras imobilizações	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	11.653	7.486	7.623	8.323	37	35.122
Aquisições	-	336	108	491	-	935
Transferências						
Baixas	-	(76)	-	(356)	-	(432)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	11.653	7.746	7.731	8.458	37	35.625
Saldo em 1º de janeiro de 2017	11.653	7.746	7.731	8.458	37	35.625
Aquisições	622	2.488	547	178	-	3.835
Transferências	(316)	316	-	-	-	-
Baixas	-	(447)	-	(533)	-	(980)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	11.959	10.103	8.278	8.103	37	38.480
Depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(9.525)	(5.191)	(5.988)	(6.240)	-	(26.944)
Depreciação do exercício	(1.161)	(725)	(435)	(932)	-	(3.253)
Baixas	-	76	-	356	-	432
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(10.686)	(5.840)	(6.423)	(6.816)	-	(29.765)
Depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(10.686)	(5.840)	(6.423)	(6.816)	-	(29.765)
Depreciação do exercício	(936)	(446)	(355)	(735)	-	(2.472)
Baixas	-	447	-	533	-	980
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(11.622)	(5.839)	(6.778)	(7.018)	-	(31.257)
Valor contábil						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	967	1.906	1.308	1.642	37	5.860
Saldo em 31 de dezembro de 2017	337	4.264	1.500	1.085	37	7.223

21 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 638.871.423 (2016 - 537.945.840) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 28 de abril de 2017, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 100.926 (cem milhões, novecentos e vinte cinco mil, quinhentos e oitenta e três reais), com a emissão de (cem milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e oitenta e três) novas ações, mediante a utilização dos recursos oriundos dos juros a título de remuneração sobre o capital próprio. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 18 de julho de 2017.

A Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2016, aprovou o aumento de capital proposto pela administração no montante de R\$ 66.347 (sessenta e seis milhões, trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e seis reais), mediante a emissão de 66.347.306 (sessenta e seis milhões, trezentas e quarenta e sete mil, trezentas e seis) novas ações. Esse aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 10 de junho de 2016.

Foi aprovado também o aumento de capital de R\$ 150.000 (Cento e cinquenta milhões de reais) provenientes do montante excedente da Reserva Estatutária de Lucros, sem a emissão de novas ações.

b. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação pertinente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou creditados pelo Banco Morgan Stanley, a título de remuneração do capital próprio.

Durante o exercício, o Banco efetuou a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre as contas do patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 124.891 (2016 - R\$ 118.736) e constam como destinação do resultado, diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido, na forma da Circular nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997, do Banco Central do Brasil e reduziram a despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício aproximadamente em R\$ 56.201 (2016 - R\$ 53.431).

c. Reserva de capital

Não houve constituição de reservas de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

d. Reserva legal

O Banco constituiu a título de Reserva Legal, com base no lucro líquido do exercício, o montante de R\$ 10.480 (2016 - R\$ 9.661).

e. Reserva estatutária

Conforme previsto no Estatuto Social, por proposta da Administração, foi constituída Reserva Estatutária, com base no lucro líquido do exercício, não distribuído após todas as destinações.

O Banco deliberará a respeito da destinação das Reservas Estatutárias em Assembléia Geral Ordinária que se realizará até 30 de abril de 2018.

f. Composição do Patrimônio líquido

A composição do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era a seguinte:

	2017	2016
Capital	1.089.357	988.431
Outros resultados abrangentes - Ajuste de valor justo	73	42.316
Reservas de Lucros	864.202	704.335
Total do patrimônio líquido	1.953.632	1.735.082

22 Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas se referem exclusivamente a outras partes relacionadas.

	2017	2016
Ativo		
Aplicação em depósitos interfinanceiros		
Morgan Stanley Co.	58.778	56.927
Valores a receber de instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	420.207	223.390
Valores a receber prestação de serviços		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	6.788	6.348
Morgan Stanley Participações Ltda.	3.121	3.110
Morgan Stanley Adm. de Carteiras S.A.	303	282
Passivo		
Depósitos a prazo		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(1.227.068)	(1.116.002)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	-	(16.098)
Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	(30.823)	(23.746)
Morgan Stanley Participações Ltda.	(42.926)	(26.628)
Obrigações por empréstimos em moeda estrangeira		
Morgan Stanley Co.	(2.123.910)	(771.580)
Obrigações por operações compromissadas		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(896.863)	(820.941)
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(2.010.652)	(277.309)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	(1.089)	(5.732)
Valores a pagar de instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(165.636)	(327.822)
Outros valores a pagar		
Morgan Stanley and Co Inc.	-	(315)
Resultado		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	359.003	(926.054)
Despesas de depósitos a prazo		
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(111.066)	(91.438)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	-	(1.962)
Morgan Stanley Administradora de Carteiras S.A.	(18.914)	(2.727)
Morgan Stanley Participações Ltda.	(4.116)	(5.533)
Despesas de operações compromissadas		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(75.449)	(107.256)
Fórmula XVI Fundo de Investimento Financeiro	(116)	(472)

	2017	2016
Kona Fundo de Investimento Financeiro	(176.650)	(113.105)
Kalaoa Fundo de Investimento Financeiro	(66.004)	(43.258)
Outras receitas operacionais		
Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	7.390	13.599
Morgan Stanley Participações Ltda.	2.210	1.196
Morgan Stanley Adm. de Carteiras S.A.	1.506	1.185

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos administradores considera os valores provisionados e pagos aos membros do Comitê Executivo do Consolidado Morgan Stanley e/ou os diretores estatutários, conforme descrito abaixo:

	2017	2016
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	28.178	39.103
Encargos sociais	9.514	13.202
Benefício de longo prazo a administradores		
Plano de remuneração com base em ações (1)	23.457	28.691
Plano de compensação diferida	3.450	3.997
Encargos sociais sobre benefícios longo prazo	9.337	11.364

- (1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Matriz, sediada no exterior.

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

Obrigações com benefícios de aposentadoria

O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. Durante o exercício foram pagos R\$ 2.951 (2016 - R\$ 2.312) a título de previdência suplementar.

Planos de incentivo em ações

O Banco participa de planos globais de incentivos com base em ações do Morgan Stanley, os quais atribuem promessas de pagamentos futuros baseados em ações aos seus funcionários e administradores, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas, geralmente dois a três anos a partir da data da concessão. Parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de aquisição e sua totalidade pode ser cancelada em algumas situações limitadas, incluindo a rescisão por justa causa durante o período de restrição (“*vesting period*”).

Outros planos de compensação diferida

O Banco concede planos de compensação diferida para certos funcionários, os quais prevêem o diferimento de parte da remuneração discricionária acrescido da performance de certos investimentos referendados. A aquisição destas recompensas está sujeita ao cumprimento de determinadas condições, tais como a permanência na empresa por período que pode variar de 6 meses a 3 anos da data da concessão. A totalidade ou uma parte da recompensa pode ser cancelada se o trabalho for rescindido antes do final do período de aquisição (“*vesting period*”). Os planos são liquidados em dinheiro no final do período de aquisição.

No decorrer do ano de 2017, Morgan Stanley outorgou 351.139 unidades de ações (2016 - 351.139 unidades) para os funcionários elegíveis do Conglomerado Morgan Stanley no Brasil a um valor médio de US\$42,64 (2016 - US\$ 31.9601), considerando o valor de mercado das ações do Morgan Stanley nas respectivas datas de outorga.

O montante reconhecido no resultado do exercício foi de R\$ 33.287 (2016 - R\$ 36.176).

23 Contingências

Em 31 de dezembro de 2017, o Consolidado possuía passivos contingentes de natureza trabalhista no montante de R\$ 740 (2016 - R\$1.552). A administração não tem conhecimento de nenhuma contingência passiva classificada como perda provável. Desta forma não há provisão constituída para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O Banco Morgan Stanley é réu em disputa judicial acerca do valor de vencimento antecipado de contratos de derivativos envolvendo o valor total de R\$ 90.831(2016 - R\$ 87.338). A possibilidade de perda é considerada possível, de acordo com a análise de assessor jurídico externo.

24 Gerenciamento de riscos

a. Introdução e visão geral

A Administração acredita que a gestão efetiva de riscos é vital para o sucesso do Banco e conseqüentemente mantém um ambiente de gerenciamento de riscos que visa abranger as diversas atividades dos departamentos em uma estrutura gerencial integrada facilitando a incorporação da avaliação de risco no processo decisório através das diversas partes do Consolidado

O Morgan Stanley possui políticas globais da controladora e políticas locais para identificar, monitorar e gerenciar os riscos significativos nas suas atividades, bem como em suas funções de suporte ao negócio. Os principais riscos nos negócios da companhia incluem riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

O fundamento da filosofia de gerenciamento de risco do Morgan Stanley é a execução da sua atividade em busca de retornos adequados através de uma prudente utilização dos riscos que proteja o capital e imagem da companhia. Para garantir a eficácia do gerenciamento de riscos, componente essencial da reputação da Instituição, a Administração requer a comunicação freqüente e abrangente das informações relacionadas à gestão de risco bem como a sua devida divulgação.

Gerenciamento de risco

A instituição está exposta a diversos tipos de risco decorrentes de fatores internos e externos em função das características dos mercados em que atua.

Os Departamentos de Risco Operacional, Risco de Mercado e Risco de Crédito reportam-se a seus respectivos departamentos em Nova Iorque e a Diretoria de Risco no Brasil. O Risco de Liquidez, por sua vez, é responsabilidade da Tesouraria Corporativa que responde técnica e administrativamente para a Tesouraria Corporativa Global e para a Diretoria Financeira Local.

A estrutura específica de gerenciamento dos principais riscos a que a instituição está sujeita Mercado, Crédito, Operacional e Liquidez são destacados a seguir:

b. Risco de crédito

O Banco entende ser de extrema relevância assegurar o entendimento e a confiança na qualidade do gerenciamento do Risco de Crédito do Banco através da comunicação para a alta administração em Nova Iorque, no Brasil e partes interessadas (incluindo acionistas, agências de classificação de risco de crédito, contrapartes e órgãos reguladores globalmente). Assim, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito no Brasil foi estruturado de forma que a alta administração em Nova Iorque e no Brasil tenham bom entendimento a cerca das políticas, responsabilidades e ações do Departamento no Brasil.

As principais responsabilidades do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito consistem de avaliar, classificar e definir limites às contrapartes do Banco, e, se houverem, monitorar e gerenciar riscos decorrentes das exposições existentes que estejam relacionadas a operações de empréstimos e financiamento, bem como aos demais instrumentos financeiros.

Risco de Crédito refere-se ao risco de perda decorrente quando uma contraparte não cumpre suas obrigações financeiras. O Morgan Stanley incorre em exposição de risco de crédito para instituições e investidores sofisticados. No Brasil, este risco pode surgir de uma variedade de atividades, incluindo, mas não limitado a, celebrar contratos de swap ou outros derivativos em que as contrapartes têm obrigações para realizar pagamentos ao Morgan Stanley; e depositando margem e/ou colateral para câmaras de compensação, bolsas de valores e de mercadoria e futuros, bancos, corretoras e outras contrapartes financeiras.

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito do Morgan Stanley visa refletir o que cada um dos seus negócios gera de Riscos de Crédito, e o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito estabelece as práticas globais para avaliar, monitorar e controlar a exposição de crédito dentro e entre segmentos de negócios. O Morgan Stanley estabelece limites de crédito como uma das principais ferramentas utilizadas para avaliar e gerenciar níveis de risco de crédito em todo o Morgan Stanley. O quadro de limites de crédito é calibrado considerando a tolerância de risco do Morgan Stanley. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito é responsável por garantir a transparência dos riscos de crédito relevante, assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos, aprovar as extensões materiais de crédito e adereçar concentrações de riscos para a autoridade sênior apropriada. A exposição de risco de crédito é gerenciada por profissionais de crédito e por comitês do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito e através de vários comitês de risco, os quais incluem membros do Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito também trabalha conjuntamente com o Departamento de Risco de Mercado e unidades de negócio para monitorar as exposições de risco.

Os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito estão divulgados na nota explicativa 13.

Contratos de derivativos

No curso normal dos negócios, o Morgan Stanley é parte de uma variedade de contratos de derivativos relacionados a instrumentos financeiros e commodities. O Morgan Stanley utiliza estes instrumentos para trading e hedging, bem como para o gerenciamento de ativos e passivos. Estes instrumentos geralmente representam compromissos futuros de swap de juros, moedas, ou compra ou venda de commodities e outros instrumentos financeiros em termos e datas futuras específicas. Muitos desses produtos possuem vencimentos que não ultrapassam um ano, embora os swaps e as opções normalmente possuam prazos mais longos.

O Morgan Stanley incorre em risco de crédito uma vez que atua no mercado de balcão de derivativos. O risco de crédito relacionado aos instrumentos de derivativos ocorre caso uma contraparte não cumpra os termos do contrato. A exposição de risco de crédito do Morgan Stanley em qualquer momento é representada pelo valor justo dos contratos de derivativos reportados como ativos líquidos de posições de caixa recebidas em garantia. O valor justo dos derivativos representa a quantia pelo qual o derivativo pode ser realizado em uma transação entre os participantes no mercado.

Além do controle e do gerenciamento de riscos de crédito referenciados ao valor justo atual do instrumento de derivativos, o Morgan Stanley controla e gerencia exposições de crédito relacionadas à exposição potencial. Exposição potencial é uma estimativa da exposição, dentro de um nível de confiança especificado, que pode se tornar exposição real ao longo do tempo com base em movimentos de mercado.

Análise de risco de crédito

O Gerenciamento do risco de crédito realiza-se com foco na transação, na contraparte e no portfólio. A fim de proteger o Morgan Stanley contra perdas resultantes dessas atividades, o Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito analisa os riscos das operações de derivativos, reavalia a solidez das contrapartes regularmente de acordo com a política estabelecida e monitora ativamente a exposição de crédito da contraparte. O Departamento de Gerenciamento de Risco de Crédito atribui ratings de crédito para contrapartes, que refletem uma avaliação da probabilidade de uma contraparte não honrar com os compromissos assumidos nas operações de derivativos.

Qualidade de crédito dos ativos financeiros

Abaixo apresentamos a segregação dos ativos financeiros, por rating de crédito, considerando o valor contábil da exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Banco Morgan Stanley S.A.
Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2017

31 de dezembro de 2017	Classificação interna					
	A	BBB	BB	B	CCC	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivativos	26.663	55.118	1.551.873	94.111	4.801	1.732.566
Outros ativos para negociação	-	-	2.350.962	-	-	2.350.962
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado						
Títulos Públicos	-	-	158.343	-	-	158.343
Ativos financeiros disponível para venda						
Títulos Públicos	-	-	346.176	-	-	346.176
Operações compromissadas	-	-	3.196.246	-	-	3.196.246
Empréstimos e recebíveis clientes						
Recebíveis de clientes	-	-	16.987	1.632	75	18.694
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	1.259.344	-	-	1.259.344

31 de dezembro de 2016	Classificação interna					
	A	BBB	BB	B	CCC	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivativos	211.255	6.218	1.107.260	248.391	81	1.573.205
Outros ativos para negociação	-	-	666.758	-	-	666.758
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado						
Títulos Públicos	-	-	945.515	-	-	945.515
Ativos financeiros disponível para venda						
Títulos Públicos	-	-	209.565	-	-	209.565
Operações compromissadas	-	-	2.341.109	-	-	2.341.109
Empréstimos e recebíveis clientes						
Recebíveis de clientes	-	-	21.537	967	1.923	24.427
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	372.888	-	-	372.888

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AAA		
AA	Risco Baixo	Operações com clientes considerados com boa qualidade de crédito, bons fatores qualitativos e quantitativos
A		
BBB		
BB	Risco Médio	Operações com clientes considerados com média qualidade de crédito, incluindo certos fatores qualitativos e quantitativos desfavoráveis
B	Risco alto	Operações com clientes considerados com baixa qualidade de crédito, com vários fatores qualitativos e quantitativos desfavoráveis
CCC		
D		

31 de dezembro 2017	Até 3 meses	De 3 a 12 meses		De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
		De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos			
Ativos financeiros mantidos para negociação						
Instrumentos financeiros derivativos	870.396	70.161	194.489	306.758	290.762	1.732.566
Outros ativos para negociação	2.350.962	-	-	-	-	2.350.962
Outros ativos financeiros ao valor justo pelo resultado						
Títulos Públicos	157.443	900	-	-	-	158.343
Ativos financeiros disponível para venda						
Títulos Públicos	3.306	342.870	-	-	-	346.176
Empréstimos e recebíveis a instituições financeiras						
Operações compromissadas	-	2.299.383	896.863	-	-	3.196.246
Empréstimos e recebíveis clientes						
Recebíveis de clientes	3.743	1.125	5.927	5.483	2.416	18.694
Negociação e Intermediação de Valores	1.259.344	-	-	-	-	1.259.344

Redução do risco

O Morgan Stanley pode decidir atenuar o risco de crédito de suas operações de derivativos de várias maneiras. Na transação, o Morgan Stanley pode decidir reduzir os riscos através do gerenciamento de elementos principais de risco tais como volume, prazo, restrições financeiras (covenants), subordinação e garantias.

O Morgan Stanley protege a sua exposição à derivativos através de vários instrumentos financeiros que podem incluir uma contraparte individual, um portfólio ou derivativos de crédito estruturados.

Atualmente, o Banco Morgan Stanley não atua em atividades de empréstimos corporativos no Brasil. Entretanto, o Morgan Stanley possui Políticas e Procedimentos de Crédito Globais estruturados para avaliação de devedores e determinação de limites de risco de crédito. No caso do Morgan Stanley decidir atuar em operações de empréstimos no futuro, as Políticas e os Procedimentos Globais seriam aplicados no Brasil.

c. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perda com relação à diminuição no valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira devido a alterações no nível de preço de variáveis de mercado como taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações e commodities.

Gerenciamento de riscos de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é parte integral da cultura do Grupo Morgan Stanley, que é responsável por garantir que suas exposições a fatores de risco de mercado são gerenciadas efetivamente, assegurar a aderência a limites, e manter os escalões mais altos a par dos riscos materiais e maiores concentrações.

O Comitê de Risco do Grupo delegou ao Departamento de Risco de Mercado (“MRD”) a responsabilidade de administrar os níveis de risco de mercado com relação ao apetite ao risco estabelecido pela empresa. O comitê também atribuiu responsabilidade ao MRD por: identificar, medir, monitorar e reportar, diariamente, a exposição agregada a fatores de risco de mercado do Grupo, assegurar a aderência a limites de risco pré-estabelecidos e garantir a incorporação de todos os riscos materiais nos relatórios de risco.

O risco de mercado é monitorado de mais de uma forma: através do cálculo de sensibilidade a fatores de risco, através de testes de estresse e análise de cenários, e estatisticamente, usando medidas como VaR (“Value at Risk”).

Principais riscos

Como resultado de suas atividades de formação de mercado e *trading*, o Grupo Morgan Stanley está exposto, principalmente, a riscos de perdas decorrentes da variação das taxas de juros, taxas de câmbio e preços de ações. Outros fatores de risco aos quais o Grupo está exposto incluem volatilidade e *spreads* de juros e taxa de câmbio.

As atividades das quais estas exposições emergem e os mercados nos quais o Grupo é participante ativo incluem: títulos públicos, derivativos de juros, derivativos de câmbio e derivativos de ações.

Tais riscos são gerenciados com as ferramentas previamente mencionadas, incluindo cálculo de sensibilidade a fatores de risco, VaR e estabelecimento de limites. A tabela abaixo mostra a sensibilidade à variação de 1 ponto base (*1 basis point*) na estrutura a termo de taxa de juros.

Data	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Dezembro 2017	382.485	10.261	(7.829)	(309.935)	(189.206)	(114.224)
Dezembro 2016	(12.741)	17.874	(29.795)	9.974	(31.707)	(46.395)

Value at Risk (VaR)

O VaR é um método estatístico padrão do setor para cálculo da perda máxima de uma carteira que é possível prever no decorrer de determinado intervalo de tempo e com um nível específico de probabilidade. Ao contrário de muitas outras mensurações de risco de carteira, o VaR agrega os riscos associados a carteiras com vários ativos e moedas em um único valor de risco.

O cálculo do VaR é baseado em um modelo de simulação histórica dos principais fatores de risco de mercado. Simulação histórica envolve a construção de uma distribuição de mudanças hipotéticas diárias no valor de carteiras de investimentos, baseada em duas variáveis: observação histórica de variações diárias nos principais fatores de risco ou índices; e informação sobre a sensibilidade da carteira a mudanças nestes fatores ou índices.

Os modelos de VaR do Grupo evoluem em resposta a mudanças na composição das carteiras de investimento e em resposta a melhorias nas técnicas de modelagem e na capacidade de processamento. O Grupo continuamente revisa e aperfeiçoa a metodologia do cálculo do VaR, assim como as premissas nas quais os modelos são baseados, no sentido de capturar a natureza dinâmica do mercado. Como parte deste processo, novos fatores de risco sistêmico e específico podem passar a ser considerados no cálculo do VaR, melhorando a capacidade do Grupo de estimar riscos de setores ou ativos específicos.

Dentre outros benefícios, VaR nos permite agregar o risco de mercado de uma carteira para uma grande variedade de fatores de risco de mercado, levando em consideração a redução de risco obtida através da diversificação ou *hedging* da carteira de investimentos.

As limitações dos modelos de cálculo do VaR também devem ser entendidas. As principais limitações são:

1. Futuras mudanças nos principais fatores de risco não serão necessariamente compatíveis com os 4 anos de observações históricas utilizadas no cálculo do VaR.
2. Mudanças reais no valor da carteira podem ser diferentes daquelas calculadas nos modelos de VaR, principalmente quando da existência de carteiras com derivativos complexos.
3. Os períodos de 01 ou 10 dias tipicamente utilizados no cálculo do VaR não capturam, necessariamente, o risco de posições que não podem ser liquidadas ou *hedged* em tão curto espaço de tempo.
4. VaR parte do princípio que a carteira manter-se-á constante, deixando de capturar mudanças no perfil de investimento que possam vir a ocorrer no futuro.

5. VaR não diz nada a respeito das perdas com probabilidade menor do que o grau de confiança utilizado no cálculo.

O Grupo está ciente destas e outras limitações e, desta forma, utiliza o VaR apenas como um dos componentes do processo de gerenciamento de risco. Conforme previamente mencionado, este processo também incorpora testes de estresse e análise de cenários, além do monitoramento e controle dos riscos em vários níveis: mesas de negociação, divisões, entidades legais e global. A tabela abaixo mostra o VaR (95%, 1 dia) das principais exposições do Grupo em dezembro de 2017 e dezembro de 2016.

Categoria	2017		2016	
	Exposição	VaR	Exposição	VaR
Taxa de Juros	7.393.018	1.180	5.523.994	1.504
Ações	(180.268)	4.565	16.815	6.965
Taxa de Câmbio	169.250	1.700	86.429	1.883
Outros	580	5	-	-
Subtotal	7.382.581	<u>7.449</u>	8.154.050	<u>10.353</u>
(-) Benefício de Diversificação (a)		2.084		3.009
Total VaR Negociado		5.365		7.344
VaR Total		<u>5.365</u>		<u>7.344</u>

- (a) Eliminação do efeito de riscos semelhantes.

95% VaR	95%/ VaR diário 2017				95%/ VaR diário 2016			
	Final do período	Média	Máxima	Mínima	Final do período	Média	Máxima	Mínima
<i>Categoria de risco de mercado:</i>								
Taxa de Juros	1.180	2.101	5.817	471	1.504	1.755	6.118	645
Ações	4.565	6.186	38.150	3.904	6.965	7.193	12.439	4.177
Taxa de Câmbio	1.700	1.708	10.832	87	1.883	1.635	17.256	80
Outros	<u>5</u>	<u>1</u>	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>13</u>	<u>70</u>	<u>0</u>
Categorias primárias de Risco (VaR)	7.449	9.996	54.805	4.462	10.353	10.597	35.883	4.901
Benefício de diversificação (1)(2)	<u>(2.084)</u>	<u>(2.980)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.009)</u>	<u>(2.784)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
VaR Total Administrado	<u>5.365</u>	<u>7.017</u>	<u>37.558</u>	<u>4.971</u>	<u>7.344</u>	<u>7.812</u>	<u>17.770</u>	<u>4.401</u>

- (1) O benefício de diversificação equivale a diferença entre o total do VaR administrado e a soma do VaR de cada uma das categorias de risco. Esse benefício surge por conta das perdas diárias simuladas para cada um dos quatro riscos de mercado principais ocorrerem em dias diferentes; benefícios de diversificação similares também são considerados dentro de cada categoria.
- (2) N/A - Não Aplicável. Os valores mínimos e máximos de VaR para o total de VaR de cada componente pode ter ocorrido em diferentes dias ao longo do ano, portanto o benefício de diversificação não é uma medida aplicável.

Stress VaR

Além do VaR, o Grupo Morgan Stanley também utiliza S-VaR (“Stress VaR”), que é uma metodologia proprietária que busca medir os riscos de mercado e crédito, levando em consideração diferentes características de liquidez dos riscos (em contraste ao VaR tradicional, que é tipicamente calculado com o mesmo horizonte para todos os tipos de risco).

S-VaR simula cenários de estresse baseados em mais de 25 anos de dados históricos e tenta capturar as diferenças em liquidez dos vários tipos de riscos. Além disso, S-VaR captura eventos relevantes para carteiras de crédito, como *defaults* e outros eventos de crédito. Também é responsabilidade do MRD a manutenção dos sistemas que calculam VaR e S-VaR.

A seguir demonstramos valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos, das operações de derivativos e não derivativos do Consolidado Morgan Stanley, segregado por fator de risco (taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e commodities):

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-17		31-dez-16	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
	Bolsa	4.870.612	2.433.034	2.774.226	1.775.906
	Balcão	27.646.043	27.471.451	15.040.061	15.362.650
Taxa de juros	Total	32.516.655	29.904.485	17.814.287	17.138.556
	Bolsa	14.949	30.132	180.032	288.843
	Balcão	15.240.633	13.612.006	10.649.982	10.597.513
Taxa de Câmbio	Total	15.255.582	13.642.138	10.830.014	10.886.356
	Bolsa	5.389.612	7.845.747	3.851.004	3.317.443
	Balcão	1.765.368	1.857.513	173.626	181.430
Preço de Ações	Total	7.154.980	9.703.260	4.024.630	3.498.873
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	45.417	44.837	11.767	11.767
Preço de Mercadorias (Commodities)	Total	45.417	44.837	11.767	11.767

Valor presente dos fluxos de caixa comprados e vendidos dos não derivativos

Fator de risco	Mercado	31-dez-17		31-dez-16	
		Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	8.324.498	3.543.650	5.134.320	286.058
Taxa de juros	Total	8.324.498	3.543.650	5.134.320	286.058
	Bolsa	-	-	-	-
	Balcão	859.387	2.303.581	1.108.780	966.009
Taxa de Câmbio	Total	859.387	2.303.581	1.108.780	966.009
	Bolsa	5.676.246	3.308.235	1.776.679	2.285.621
	Balcão	-	-	-	-
Preço de Ações	Total	5.676.246	3.308.235	1.776.679	2.285.621

d. Risco de liquidez

Definição de risco de liquidez

Risco de liquidez se refere à impossibilidade de financiamento das operações em função da perda de acesso a recursos e aos mercados de capitais ou à dificuldade de liquidação de ativos. O Risco de Liquidez também engloba a impossibilidade de liquidação de obrigações potencialmente causando problemas na continuidade de negócio ou danos reputacionais que venham a comprometer a viabilidade do Banco.

Estrutura de governança

A política de liquidez é definida em linha com as políticas globais determinadas pela matriz.

Na matriz, a Diretoria delegou responsabilidades ao Comitê de Risco (FRC), que é composto por Gerentes Seniores da empresa, para definirem as políticas de liquidez e as informarem para o Comitê de Ativos e Passivos - ALCO e todas as Tesourarias Corporativas da empresa. O ALCO deve rever e aprovar o plano anualmente, assim como a Diretoria da empresa.

No Brasil, as diretrizes da Política ALCO são utilizadas pela Tesouraria Corporativa para definir práticas com foco específico no gerenciamento do risco de liquidez para o Consolidado Morgan Stanley S.A., levando em conta a Resolução 2804 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), de 21 de dezembro de 2000.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os passivos financeiros apresentavam os seguintes prazos de vencimento:

	2017				Total
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Instrumentos financeiros mantidos para negociação					
Credores por empréstimos de ações	983.343	-	-	-	983.343
Contratos de swaps					
Diferencial a receber	120.646	46.447	9.055	284.877	461.025
Diferencial a pagar	537.053	42.282	11.556	233.794	824.685
Contratos de NDF					
Diferencial a receber	135.623	3.305	19.676	3.151	161.755
Diferencial a pagar	155.416	3.380	18.512	3.938	181.246
Contratos a Termo					
Diferencial a receber	241.712	-	-	-	241.712
Diferencial a pagar	241.658	-	-	-	241.658
Opções	179.740	18.998	-	-	198.738
Futuros	3.005	-	-	-	3.005
Passivos financeiros ao custo amortizado					
Operações compromissadas	2.011.756	896.862	-	-	2.908.618
Depósitos de clientes	801.723	1.023.700	-	-	1.825.423

	2016				
	até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Instrumentos financeiros mantidos para negociação					
Credores por empréstimos de ações	1.396.788	-	-	-	1.396.788
Contratos de swaps					
Diferencial a receber	267.558	145.118	4.759	152.346	569.781
Diferencial a pagar	330.707	175.286	4.850	130.451	641.294
Contratos de NDF					
Diferencial a receber	34.501	-	6.377	-	40.877
Diferencial a pagar	80.091	413	5.458	-	85.962
Contratos a Termo					
Diferencial a receber	-	-	-	29.855	29.855
Diferencial a pagar	-	-	-	29.584	29.585
Opções	287.502	1.996	-	-	289.497
Futuros	3.862	-	-	-	3.862
Passivos financeiros ao custo amortizado					
Operações Compromissadas	-	-	953.283	150.698	1.103.981
Depósitos de clientes					
Depósitos	704.238	1.000.733	-	-	1.704.971

e. Risco operacional

Definição de risco operacional

Risco Operacional refere-se ao risco de perda ou potencial prejuízo a reputação da empresa, resultante de processos internos, pessoas ou sistemas falhos ou inadequados, ou de eventos externos. O Morgan Stanley pode incorrer em Risco Operacional em todo o escopo de suas atividades, incluindo tanto aquelas que geram receita, quanto as dos Grupos de Supervisão.

Governança e definição de padrões

O Departamento de Risco Operacional estabelece padrões gerais de mensuração, monitoramento e gestão do risco operacional, incluindo as políticas de risco, a nomenclatura padrão para coleta de dados e processos para supervisão e reporte de problemas, para toda o Banco.

Coleta de dados

A coleta de dados engloba a identificação e coleta de incidentes de risco operacional internos, dados sobre eventos externos e indicadores monitorados pelas Divisões e pelos Grupos de Supervisão. Informações também são coletadas das Divisões e Grupos de Supervisão na forma de questões pendentes, itens de foco gerencial e relatórios (Auditoria Interna, Compliance, SOX, Avaliações Integradas, etc.). Políticas descrevendo os padrões para coleta de dados são incluídas quando necessário, como anexos deste documento.

Avaliação, análise e cálculo do capital requerido.

Os dados coletados na Empresa são utilizados de forma agregada, para análise nos Programas de indicadores, Métricas e Incidentes de Risco Operacional e como informações, tanto para as Auto-avaliações de Risco e Controle, quanto para a Análise de Cenários, do Programa Integrado de Avaliação.

Divulgação de informações

O Departamento de Risco Operacional fornece, periodicamente, para as várias áreas interessadas (Diretoria, Grupos de Supervisão e Divisões), relatórios gerenciais independentes, com o perfil de risco operacional do Morgan Stanley, que inclui Itens de Foco Gerencial (MFI), tendências, situação dos indicadores, os incidentes operacionais e capital requerido, e escala questões relevantes.

f. Gestão do capital

O processo de gestão de capital do Morgan Stanley cabe, primordialmente, à Tesouraria Corporativa que é responsável pelo gerenciamento de Capital a longo prazo, estabelecimento de políticas de acompanhamento e alocação de capital para as áreas de negócios, a estrutura de capital, dividendos e recompra de ações, atuando em conjunto com as áreas técnicas da Matriz e com o comitê local de gestão de ativos e passivos (ALCO). A área promove o uso ideal de capital, buscando assegurar o cumprimento de requerimentos regulatórios, ou internos de níveis de capital. O grupo também é responsável pelo gerenciamento de capital nas entidades legais, incluindo a estrutura de capital das subsidiárias, o pagamento de dividendos e aumentos de capital, bem como o desenvolvimento do Plano de Capital Anual do Morgan Stanley.

Este processo é responsável por monitorar o nível corrente de capital e efetuar o planejamento de capital das empresas através das projeções de crescimento das áreas de negócio e seus impactos no capital requerido.

No Brasil, a Tesouraria Corporativa se reporta ao Diretor Financeiro do Conglomerado Morgan Stanley e à Tesouraria Corporativa Global nos Estados Unidos da América, e é responsável por prover o comitê do ALCO de informações necessárias ao acompanhamento e planejamento do Capital das empresas locais a fim de que este possa assegurar que a instituição mantém capital compatível com o risco de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE) conforme determinado pelo Banco Central do Brasil e pelo risco das exposições à eventuais posições não incluídas na carteira de negociação.

A descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital do Conglomerado está disponível no endereço eletrônico: <http://www.morganstanley.com.br/> (item - Informações Regulatórias).

g. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basiléia)

A partir da data-base de março de 2003, o Banco Morgan Stanley passou a adotar a apuração de forma consolidada dos limites operacionais previstos no artigo 1º da Resolução 2.283, de 5 de junho de 1996, tomando-se como base os dados financeiros consolidados dos integrantes do Conglomerado Morgan Stanley, formado pela Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e pelo Banco Morgan Stanley S.A. e por este liderado, mantendo patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e das alterações introduzidas pelas resoluções 4.192/13 e 4.193/13.

A partir de 31 de outubro de 2013 entraram em vigor as novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia III.

O índice da Basiléia em 31 de dezembro de 2017 é de 29,66% (2016 - 25,79%), conforme composição refletida no quadro abaixo.

h. Limite Operacional - Acordo da Basileia III

Fator de ponderação de risco	2017	2016
RWA - Risco de Crédito - Abordagem Padronizada - RWAcpad	4.304.293	3.797.945
RWA - Risco de Mercado - RWAm pad	3.374.654	4.023.964
RWA - Risco Operacional - Abordagem Padronizada - RWAopad	1.473.514	1.221.527
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	9.152.461	9.043.436
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	846.603	893.039
Patrimônio de Referência para comparação com o RWA	2.714.724	2.332.340
Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	1.868.121	1.439.301
Índice da Basileia = PR*9,25%/(Patrimônio de Referência Mínimo Requerido - RWA)	29,66%	25,79%
Razão de Alavancagem	16,73%	20,67%

i. Composição do Patrimônio de Referência Requerido - Basileia III

	2017	2016
Patrimônio de Referência Nível I para comparação com RWA	2.714.724	2.332.340
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I requerido	2.165.576	1.789.734
Patrimônio de Referência Nível I	2.714.724	2.332.340
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo requerido para o RWA	549.148	542.606
Margem sobre o Capital Principal Requerido	2.302.863	1.925.385
Capital Principal para comparação com RWA	2.714.724	2.332.340
Capital Principal - CP	2.714.724	2.332.340
Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	411.861	406.955
Margem sobre o PR considerando a RBAN	1.639.304	1.439.300
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA e para RBAN	846.608	893.039
Valor correspondente ao RBAN	6	-
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	469.064	463.476
Capital Principal Mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao Nível II	411.861	406.955
Adicional de Capital Principal Mínimo requerido para o RWA	228.812	113.043
Margem para verificação do Adicional de Capital Principal	1.868.121	1.439.300
Margem sobre o Adicional de Capital Principal	1.639.309	1.326.257
Patrimônio de Referência para Limite de Imobilização	2.714.722	2.332.338
Limite para Imobilização	1.357.361	1.166.169
Valor da situação para o Limite de Imobilização	14.785	19.643
Valor da Margem	1.342.576	1.146.526